

# Governo quer flexibilizar o tabelamento dos juros

Moreira Mariz-3.r

Da Sucursal de Brasília

O governo federal poderá enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar regulamentando o tabelamento dos juros reais em 12% ao ano, aprovado pelo Congresso constituinte. O projeto teria por objetivo flexibilizar a aplicação do tabelamento, uma forma de evitar que o mercado financeiro acabe burlando o novo dispositivo constitucional. "Temos que trabalhar no sentido de preparar alguma sugestão de regulamentação para flexibilizar o tabelamento", afirmou ontem à Folha o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes.

Ximenes disse que caberá ao Congresso regulamentar o tabelamento, através de lei complementar, fixando o conceito de juro real, e lei ordinária, definindo as penalidades a serem aplicadas àqueles que desobedecerem a determinação constitucional. O próprio autor da emenda propondo o tabelamento, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), já está trabalhando na elaboração de um projeto de regulamentação.

O BC e a Secretaria Especial de

Assuntos Econômicos (Seae) entregaram semana passada ao ministro Mailson da Nóbrega documentos analisando os efeitos do tabelamento sobre a economia. Mesmo sem revelar detalhes sobre os estudos, Ximenes prevê o aparecimento de problemas para a implementação porática do tabelamento. "Ou ninguém mais vai emprestar ou a alternativa para a concessão dos créditos será embutir um juro maior através do aumento das reciprocidades", diz o secretário. A flexibilização viria no sentido de evitar o surgimento de um "mercado negro de crédito".

Paulo César Ximenes considera "inevitável" a extensão do tabelamento aos juros pagos nas operações da dívida pública mobiliária federal. Na sua avaliação, não haveria como o governo trabalhar com uma taxa de remuneração de seus títulos a 15%, por hipótese, sem que o mercado financeiro como um todo fosse afetado. "Seria difícil para os outros bancos trabalhar com uma taxa menor", afirma.

A execução da política monetária — controle da taxa de juros no mercado — é a principal preocupa-

ção do titular da Seae, João Batista de Camargo, a partir da limitação dos juros. "É difícil visualizar como nós vamos trabalhar de agora em diante", disse Camargo. Na sua avaliação, o governo poderá ter dificuldades para colocar seus papéis no mercado, a partir do momento em que for obrigado a remunerá-los em no máximo 12% ao ano. Na última sexta-feira, o ganho real anual projetado para as operações no overnight chegou a 25,91%, muito acima dos 12% estabelecidos na nova Constituição.

Camargo prevê, porém, que o mercado acabará se ajustando à nova limitação. O crédito ao consumidor, que arca hoje com as maiores taxas, deverá se situar no limite de 12%, segundo o secretário. Num patamar inferior estariam os financiamentos para capital de giro das empresas e os destinados à casa própria através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) — as taxas poderiam se situar entre 10,5% e 11%. Até mesmo os juros do crédito rural seriam reduzidos — atualmente são de 7% ao ano para investimento, 9% para custeio e 12% para a agroindústria acima da correção monetária.